

PROBLEMAS DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA NOS AÇORES

o estado dos arquivos paroquiais*

por
José Damião Rodrigues**

1. O presente texto não pretende ser uma exposição técnica sobre os arquivos enquanto sistema ou sobre a sua orgânica, questão que foi já tratada pelos respectivos especialistas¹. A nossa exposição, escrita a partir do lugar de historiador e de cidadão, pretende apenas, de forma sucinta, chamar a atenção para alguns escolhos que se colocam quer à prática da investigação histórica nas ilhas açorianas, quer à salvaguarda do património insular, esperando-se que a mesma, em conjunto com algumas medidas em vias de implementação, possa constituir um ponto de partida para solucionar os problemas aqui enunciados.

2. Com a criação da Universidade dos Açores e, em particular, do seu Departamento de História — actualmente, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais — e a organização de diversos congressos e colóquios sobre história insular e atlântica na Região Autónoma dos Açores, desde inícios da década de 1980, a investigação histórica conheceu, neste arquipélago, um notável desenvolvimento. Na última década, o alargamento das áreas temáticas, a introdução de novas problemáticas e, mais

* Uma primeira versão deste texto, com outra designação, foi apresentada ao Seminário Internacional *Arquivos e Documentação Insular*, Horta, 13 a 16 de Setembro de 1999.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ Sobre esta questão, ver, entre outros, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência de informação*, “Série Plural, 2”, Porto, Afrontamento, Vol. 1, 1999.

recentemente, a criação dos mestrados em História Insular e Atlântica (Séculos XV a XX) e em Relações Internacionais, no âmbito do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, vieram confirmar que, se a Universidade dos Açores não é a única instituição responsável pela investigação histórica no arquipélago, é, sem dúvida, a mais importante e a impulsionadora da renovação do campo historiográfico regional².

Porém, fazer história nos Açores não é uma tarefa isenta de dificuldades, devido à descontinuidade geográfica, à diversidade dos arquivos e aos problemas de organização destes. Se a fragmentação espacial é, por si, uma dificuldade a somar a outras para quem pretende estudar o passado das ilhas açorianas, o facto da documentação relativa à história dos Açores se encontrar dispersa por arquivos nacionais, dentro e fora da Região Autónoma dos Açores (território continental e Madeira), e estrangeiros (Espanha, França, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos, para indicar somente os de maior importância para a história açoriana) apresenta-se como um dos factores que mais contribui para arrastar as investigações³.

² Sobre estas questões, ver Avelino de Freitas de Meneses, “A historiografia açoriana: a problemática da identificação e a participação da Universidade”, in Alberto Vieira (coord.), *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura-Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, pp. 19-27.

³ Sobre documentação relativa aos Açores existente em arquivos nacionais e estrangeiros, ver *Inventário dos Livros, Jornaes, Manuscriptos e Mappas do Dr. Ernesto do Canto legados á Bibliotheca Publica de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel) e entregues por sua viúva D. Margarida Leite do Canto*, Évora, Minerva Commercial, 1905; *Manuscritos respeitantes aos Açores existentes no Archivo General de Simancas (Espanha)*, Missão de estudo realizada no Archivo General de Simancas por Artur Teodoro de Matos de 14 a 25 de Setembro de 1981, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Departamento de História, 1981; *Manuscritos respeitantes aos Açores existentes na British Library em Londres*, Missão de estudo realizada na British Library por Artur Teodoro de Matos de 28 de Setembro a 6 de Outubro de 1981, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Departamento de História, 1981; Breno de Vasconcellos, *Arquivo de Família dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida (Condes – Viscondes do Botelho) depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, edição da Família Condes – Viscondes do Botelho, 1982; Mariana Mesquita, “Roteiro provisório dos livros da capitania geral dos Açores pertencentes à secção de reservados da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo”, *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, Número Especial: *Estudos Sobre os Açores*, 1983, pp. 237-278; *Índice das Variedades Açorianas coligidas por José de Torres (Série Manuscrita)*, recolha, introdução e notas de Maria Regina A. de Carvalho Amaral e Maria Antónia P. Coelho de Freitas, “Fontes para a história dos Açores”, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional

Com efeito, mesmo para escrever a história de uma ilha ou até de um município torna-se necessário frequentar mais de um arquivo e ultrapassar as fronteiras insulanas. Mas a situação agrava-se quando pensamos no estado em que se apresentam alguns arquivos regionais em matéria de organização e preservação dos seus fundos documentais, problema que aqui iremos comentar.

Numa obra que, em nosso entender, todos os historiadores e arquivistas deveriam ler e meditar, pois trata, no fundo, de questões comuns a ambos os mesteres, a conceituada historiadora francesa Arlette Farge refere-se ao vasto mundo dos arquivos, sobretudo dos arquivos judiciais franceses de Setecentos⁴. Em breves, mas cativantes páginas, a autora descreve os preliminares burocráticos de acesso aos arquivos e comenta os gestos repetidos do historiador durante a sua pesquisa e a impossibilidade de, numa vida, este poder ler a totalidade dos arquivos. Em particular, define a desmesurada materialidade dos arquivos como sendo semelhante a uma maré de equinócio ou a uma inundação que tudo cerca e comenta a sensação de mergulho ou mesmo de afogamento que, por vezes, o historiador pode experimentar ao deparar-se com a imensidão do seu *corpus* documental⁵.

Ora, na nossa perspectiva, e permanecendo em sintonia com a imagem oferecida por Arlette Farge, é aqui que os arquivistas poderão desempenhar um papel semelhante ao dos nadadores-salvadores, auxiliando os historiadores na sua pesquisa e impedindo que, pelo menos no início do processo heurístico, estes não se sintam submersos pela mole documental existente num determinado arquivo ou fundo documental. Não nos pode-

dos Assuntos Culturais-Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1992; Pedro Pacheco Medeiros, “Os Arquivos da Região Autónoma dos Açores”, in *Os Arquivos Insulares (Atlântico e Caraíbas)*, “Memórias, 18”, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1997, pp. 189-199; Isabel Branquinho, “Alguns núcleos documentais relacionados com os arquipélagos dos Açores e da Madeira existentes em Arquivos e Bibliotecas de Lisboa”, in *ibidem*, pp. 227-265; Luis Miguel García Mora, *Fuentes Manuscritas para la Historia de Portugal. Guía de Instrumentos de Investigación*, s. l. [Madrid], Fundación Histórica Tavera, 1998; e Vanda Maria Belém (coord.), *Guia dos fundos da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, 1999.

⁴ Cf. Arlette Farge, *Le goût de l'archive*, “Points-Histoire, 233”, Paris, Éditions du Seuil, 1997 [edição original: 1989].

⁵ *Idem*, pp. 10-11.

mos esquecer que falar em arquivos significa, antes de mais, falar em arquivistas e na sua tarefa de inventariar, seleccionar e classificar a documentação depositada à sua guarda.

Na Região Autónoma dos Açores, os três arquivos principais — os de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada — têm mantido com a Universidade dos Açores uma excelente interacção. Apesar da evidente falta quer de técnicos superiores e auxiliares, quer de meios de reprodução em microfilme e base digital, as direcções dos três Arquivos citados e respectivos técnicos têm colaborado com a Universidade dos Açores em iniciativas conjuntas e têm proporcionado aos docentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, dentro dos condicionalismos existentes e conhecidos, as melhores condições para o desenvolvimento das suas investigações, seja facilitando o acesso a fundos ainda não inventariados e organizados dos seus riquíssimos espólios — o que permite aos historiadores acederem a documentos importantes, mas também, diga-se, possibilita aos arquivistas conhecerem o conteúdo desses mesmos *corpus* —, seja autorizando a consulta de originais e séries que, de um modo geral, não estão já disponíveis para consulta sob a forma manuscrita.

O panorama descrito no parágrafo anterior não corresponde, porém, ao dos demais arquivos regionais. As exigências das investigações em curso, bem como a vontade de conhecer a documentação aí existente — a paixão dos arquivos — têm-nos levado a frequentar os arquivos camarários e eclesiásticos, sobretudo na ilha de São Miguel. Nestes últimos arquivos, deparamos com situações distintas, mas que, no geral, se podem resumir a três tipos de problemas:

i) ausência de inventariação e classificação das peças e séries manuscritas e impressas existentes, o que se traduz no desconhecimento total ou parcial do espólio de cada arquivo por parte dos responsáveis;

ii) ausência de condições ideais ou mínimas para o depósito e conservação dos documentos referidos, que se reflecte, em muitos casos, na progressiva degradação dos documentos e, no limite, no seu desaparecimento físico;

iii) ausência de registo de consultas dos mesmos documentos, com consequências que mencionaremos adiante.

Estes problemas não são específicos da Região Autónoma dos Açores. Em texto recentemente publicado, Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado elencaram um conjunto de questões relativas à situação dos arquivos paroquiais, que, pela sua evidente actualidade, aqui reproduzimos:

“Como se compreende, o problema dos arquivos eclesiásticos de âmbito paroquial não passa apenas pela necessidade de informação por-menorizada sobre existências e conteúdos documentais. É fundamental: *a*) sensibilizar os párocos para a riqueza do património que têm à sua guarda e a importância deste para a história e identidade das comunidades que pastoreiam; *b*) proceder a planos de salvaguarda que identifiquem os bens arquivísticos que necessitam de restauro urgente ou de passagem para outro suporte; *c*) encetar uma correcta política de instalação e preservação dos documentos, de forma a permitir que todos aqueles que não possuam condições para permanecer nas respectivas paróquias possam ser depositados ou integrados nos arquivos diocesanos do país; *d*) que estes arquivos, ou uma estrutura de nível superior, no quadro do estabelecimento de uma rede de arquivos eclesiásticos, possam prestar apoio ao processo de organização documental nas paróquias que o solicitem”⁶.

Concordamos com as propostas enunciadas pelos citados autores. É óbvio que a uma instituição como uma igreja paroquial não correspondem as funções que cabem a um arquivo como os Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada e parece também evidente que os párocos não podem acumular as tarefas de um arquivista. Todavia, ao reflectirmos sobre o estado dos arquivos paroquiais na região, não podemos olvidar que os arquivos eclesiásticos, tal como os camarários, estão subordinados à legislação nacional e, em particular, à que respeita ao domínio dos arquivos, como o Decreto-Lei Nº 16/93, relativo ao regime geral dos arquivos e do património arquivístico⁷, e que, porque lei geral, está em vigor na Região Autónoma dos Açores.

A situação dos arquivos eclesiásticos é particularmente grave na região. O empenho de alguns sacerdotes tem permitido recuperar ou preservar, melhor ou pior, a documentação existente nas suas igrejas — róis de confessados, livros de visitas, livros de receita e despesa das fábricas, livros do priestado, livros de confrarias —, essencial para a investigação histórica,

⁶ Cf. Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteadó, “Arquivos Eclesiásticos”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa-Círculo de Leitores, 2000, Vol. I (A-C), pp. 118-133, *maxime* pp. 126-127.

⁷ Cf. *Diário da República*, 1ª Série, Nº 19, 23 de Janeiro de 1993, pp. 264-270.

mormente nos campos da história da família, história social, história eclesiástica e história cultural. De igual modo, a boa-vontade de muitos párcos tem permitido a docentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais trabalhar em suas casas com documentação dos arquivos paroquiais, ficando na posse dos sacerdotes uma identificação das peças temporariamente levantadas pelos historiadores da Universidade dos Açores.

Infelizmente, nem todos os que acederam aos arquivos das igrejas paroquiais procederam segundo os princípios do civismo e da protecção do património. Para além daqueles que, abusivamente, guardam em suas casas livros que pertencem, por direito, aos arquivos eclesiásticos, outros há que procuraram obter lucro com esse património. Este tipo de situações, a que urge pôr cobro, alerta para a necessidade de uma política respeitante aos arquivos da Igreja na região, tanto mais que, na sequência das iniciativas adoptadas pelo Vaticano⁸, a Igreja Católica portuguesa estuda, neste momento, as condições de acesso da comunidade científica aos seus vastos arquivos, que serão definidas por uma Comissão Nacional de Arquivos da Igreja.

Mas também a arquivística religiosa está em movimento. Neste domínio, é de destacar o “Plano Integrado para o Desenvolvimento da Arquivística Religiosa”, em curso desde 1997, bem como a realização dos cursos de Arquivística Religiosa que o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa organizou, com a coordenação de Paulo Fontes e de Maria de Lurdes Rosa, esta a responsável pela organização dos importantes Arquivo Histórico da Diocese de Cochim e Arquivo da Patriarcal de Lisboa⁹. Relevemos igualmente as várias iniciativas de distintas dioceses no sentido de apoiarem programas de inventariação dos respectivos *corpus* documentais, partindo de normativas episcopais, ou de criarem e organizarem arquivos diocesanos¹⁰.

⁸ Cf. D. Francesco Marchisano, “La función pastoral de los archivos eclesiásticos”, in Maria de Lurdes Rosa e Paulo F. O. Fontes (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, “História Religiosa - Fontes e Subsídios”, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 115-125 e 281-298, “Carta circular *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*”.

⁹ Cf. António Marujo, “Igreja já indicou representante no Conselho Superior de Arquivos. Arquivística religiosa vai ter curso”, *Público*, Ano 9, Nº 3307, 6 de Abril de 1999, p. 25; e Maria de Lurdes Rosa e Paulo F. O. Fontes (coord.), *ob. cit.*, pp. 299-309.

¹⁰ Cf. Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteadó, “Arquivos Eclesiásticos”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *ob. cit.*, pp. 118-133, *maxime* p. 123.

Claro que a política relativa aos arquivos eclesiásticos da Região Autónoma dos Açores deve ser enquadrada numa outra mais vasta, uma política de arquivos regional. Contudo, apesar da legislação relativa ao todo nacional e da específica aos Açores, nada foi ainda feito neste domínio, conforme salientou, em 1999, Pedro Pacheco Medeiros¹¹. O Decreto Regional Nº 13/79/A definiu o património cultural da Região Autónoma dos Açores e estabeleceu as normas relativas à sua protecção¹². Assim sendo, o Artigo 1º deste decreto consagrou como constituindo o património cultural dos Açores o “conjunto de bens móveis e imóveis que revistam interesse artístico, arquitectónico, paisagístico, histórico, etnológico, etnográfico, científico, bibliográfico e *arquivístico*”¹³. Não obstante terem já passado vinte anos sobre a publicação deste diploma, não foi ainda esboçada qualquer estratégia para os arquivos açorianos por parte da respectiva tutela.

Mas regressemos ao objecto da nossa exposição. Uma política para os arquivos eclesiásticos da região não passa apenas pela questão técnica de inventariação, reconstituição de séries documentais e classificação de fontes. É imperioso assegurar a sua salvaguarda, quer em termos de conservação face à passagem do tempo, quer em termos de delapidação patrimonial. E, aqui, impõem-se uma reflexão global e ponderada e um diálogo profícuo, nos quais participem a Diocese de Angra, a Direcção Regional da Cultura (DRaC), os historiadores e os arquivistas, de modo a que sejam encontradas soluções tendentes a impedir que se percam marcos fundamentais da memória colectiva regional e que são, também, um objecto de estudo privilegiado dos historiadores.

Um reconhecido especialista em arquivística, Pedro Penteado, declarou, a respeito dos arquivos das Misericórdias, que os problemas dos arquivos não se confinam unicamente às exigências historiográficas: “Os investigadores em geral, e os historiadores em particular, só podem servir para pressionar ou acelerar o arranjo dos arquivos, pois na realidade a questão é sentida independentemente da sua intervenção”¹⁴. No entanto,

¹¹ Cf. Pedro Pacheco Medeiros, “O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional”, comunicação apresentada ao Seminário Internacional *Arquivos e Documentação Insular*, Horta, 13 a 16 de Setembro de 1999.

¹² Cf. *Diário da República*, 1ª Série, Nº 188, 16 de Agosto de 1979, pp. 1961-1963.

¹³ *Ibidem*, p. 1961, Artigo 1º (sublinhado nosso).

¹⁴ Cf. Pedro Penteado, “Os arquivos e a História das Misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas”, *Oceanos*, Nº 35: *Misericórdias: Cinco séculos*, Julho-Setembro 1998, pp. 90-97, *maxime* p. 93.

como já observava Avelino de Freitas de Meneses em 1995, “o progresso historiográfico exige, [...], o cumprimento de uma adequada política de arquivos”¹⁵. Assim sendo, vejamos, por ordem, alguns dos problemas que se colocam aos arquivos eclesiásticos na Região Autónoma dos Açores¹⁶.

Em primeiro lugar, deparamos com o problema da organização dos inúmeros arquivos paroquiais açorianos, cujo modelo deverá obedecer a normas gerais, nomeadamente as que produz o órgão coordenador dos arquivos (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), e às diretrizes organizacionais dos arquivos religiosos, como aquelas veiculadas no acima mencionado curso médio de Arquivística Religiosa. Neste particular, o núcleo regional de BAD poderá ter um papel determinante, promovendo cursos, patrocinando a formação de técnicos e actuando como elo de ligação entre os arquivistas e os historiadores. Desta organização inicial está dependente a produção de instrumentos de trabalho (guias e roteiros), de primordial importância tanto para o trabalho de historiadores como para a defesa do património arquivístico da Igreja açoriana¹⁷.

Em segundo lugar, em estreita articulação com o que acabámos de expor, coloca-se a questão da conservação dos arquivos paroquiais. Desde logo, em termos físicos, a maior parte dos edifícios religiosos não apresenta as condições necessárias à preservação dos espólios que neles se conservam. Se os Arquivos de Angra do Heroísmo e Horta, no presente momento, lutam com constrangimentos de ordem física, a construção de edifícios modernos e funcionais a curto e médio prazo, como é o caso do Arquivo de Ponta Delgada, proporcionará o depósito de novos fundos, que aí terão as condições que se esperam ideais para a preservação dos documentos.

¹⁵ Cf. Avelino de Freitas de Meneses, “A historiografia açoriana: a problemática da identificação e a participação da Universidade”, in Alberto Vieira (coord.), *ob. cit.*, p. 23.

¹⁶ Não nos estamos a esquecer das Misericórdias. Contudo, por um lado, estas acham-se, em termos legais, numa situação diferente da dos arquivos da Igreja e, por outro, desde a década de 1980 que foram sendo tomadas medidas no que respeita à organização, descrição e tratamento dos arquivos das Misericórdias nacionais. Sobre esta questão, ver o artigo de Pedro Pentead, “Os arquivos e a História das Misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas”, citado *supra*, nota 14.

¹⁷ Sobre esta questão, veja-se, para o caso espanhol, Pedro Rubio Merino, *Archivística Eclesiástica. Nociones Básicas*, 2ª ed., Sevilha, edição do autor, 1999 [edição original: 1998].

A questão da centralização dos diversos fundos paroquiais açorianos nos três arquivos principais da região, sabêmo-lo bem, não é pacífica, nem exclusiva dos Açores ou do espaço português¹⁸. Esta proposta, no entanto, contempla os princípios do respeito dos fundos e da territorialidade dos arquivos. No primeiro caso, os diversos arquivos paroquiais manteriam a sua integridade, além de mais facilmente se poder proceder à sua organização e inventariação em moldes integrados — pensamos na articulação que se deverá operar, a este nível, entre os Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada —; no segundo caso, os arquivos, apesar de saírem da paróquia de origem, não abandonariam o quadro geográfico de referência, a região.

De qualquer modo, e antes de avançarmos, refiramos que no Arquivo de Ponta Delgada estão já depositados, no Fundo designado como “Monásticos”, diversos livros originalmente pertencentes a arquivos paroquiais da ilha de São Miguel. Também deverá ser notado que, apesar da obrigatoriedade do depósito das séries paroquiais nos Arquivos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, existem ainda livros guardados nos arquivos eclesiásticos pertencentes à incorporação obrigatória, o que se traduz numa interrupção das séries e prejuízo da eventual investigação. Por fim, registemos que, de momento, não existe entre os principais arquivos dos Açores uma homogeneidade quanto às séries provenientes dos arquivos paroquiais neles depositadas. Assim, por exemplo, enquanto o Arquivo de Angra do Heroísmo guarda os róis de confessados da ilha Terceira¹⁹, mas não os de São Jorge e da Graciosa, o Arquivo de

¹⁸ Sobre esta questão, veja-se, para França, Marie-Paule Arnauld, “Centralisation ou délocalisation: les archives en France de la Révolution à nos jours”, in *Patrimoine, temps, espace: patrimoine en place, patrimoine déplacé*, sous la présidence de François Furet, Théâtre national de Chaillot, Paris, 22, 23 et 24 janvier 1996, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1997, pp. 173-181.

¹⁹ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Secção I, Sub-secção A (concelho de Angra do Heroísmo): Nossa Senhora da Conceição, *Róis de confessados*, 1736, 1773-1774, 1781-1784, 1785-1787, 1793-1799, ... [até 1833]; Sé (São Salvador), *Róis de confessados*, 1722, 1723, 1724, 1725, 1727, 1728, 1729, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, ... [até 1881, faltando apenas os anos de 1747, 1759, 1805, 1806, 1816, 1824, 1829 a 1832 e 1834 a 1837]. BPARAH, Secção I, Sub-secção B (concelho da Praia da Vitória): Santa Cruz (Praia), *Róis de confessados*, 1721, 1722, 1723, 1724, 1726, 1727, 1730, 1731, 1732, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, ... [até 1839].

Ponta Delgada conserva apenas as séries relativas a registos de baptismos, casamentos, óbitos e expostos.

Perante este cenário, caracterizado pela evidente insuficiência das instalações dos arquivos eclesiásticos e pelo risco de perda de parte do seu património arquivístico, à Diocese cabe antecipar medidas de carácter global relativamente à salvaguarda do mesmo. Um primeiro e significativo passo foi já dado, com a constituição do Departamento de Arquivística da Comissão Diocesana dos Bens Culturais, ao qual pertencem dois historiadores, docentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Esta medida representa uma tomada de consciência por parte da Igreja açoriana em relação ao valor do espólio que jaz nos arquivos eclesiásticos. A vinculação da Diocese à defesa do património arquivístico paroquial deve agora prolongar-se, informando os párocos, alertando-os para a importância do espólio sob a respectiva tutela e os cuidados a desenvolver na sua defesa, quer em termos de conservação, quer em termos de acesso. Etapa complementar deste processo passa pela organização de equipas de licenciados em História que, a médio prazo, sob a orientação dos mencionados docentes e aproveitando as informações já disponíveis²⁰, farão uma primeira inventariação do espólio dos arquivos paroquiais do arquipélago. Para esta tarefa, além da Diocese, será imprescindível o apoio das entidades governamentais que, a nível regional, velam pela protecção do património cultural e pelo apoio a projectos de natureza científica.

Este é o momento oportuno para se iniciar e desenvolver um diálogo entre todas as partes interessadas. Os prós e os contras da concentração de fundos deverão ser aqui analisados de forma racional. O que está em causa, afinal, é a defesa do rico acervo documental dos arquivos paroquiais açorianos e a possibilidade destes serem organizados em condições que obedeçam às modernas perspectivas da arquivística, possibilitando, deste modo, o aprofundamento dos estudos historiográficos nos Açores e a preservação de uma parte essencial da nossa identidade.

²⁰ Neste particular, merece ser destacado o levantamento documental que teve lugar na década de 1980, por iniciativa e sob a direcção de Artur Teodoro de Matos, primeiro director do Departamento de História da Universidade dos Açores.